

OPINIÃO

Saúde-Trabalho-Ambiente-Direitos Humanos & Movimentos Sindical e Sociais

23/05/2019

Financeirização da Saúde no Brasil: o capital financeiro em detrimento do SUS?

Tassia Gazé Holguin

[Economista do IBGE. Doutoranda Instituto de Economia/UFRJ]

Financeirização é o regime de acumulação nas políticas neoliberais em ascensão desde a década de 1970, cujas principais características são desregulamentação do setor financeiro, abertura comercial, integração das cadeias produtivas, proliferação de novos instrumentos financeiros, liberalização dos fluxos internacionais de capital e crescente instabilidade nos mercados cambiais. Assim, mercados, instituições e elites financeiras ganham maior protagonismo nas políticas econômicas.

Na financeirização ocorre a valorização das ações das empresas, com queda na taxa de investimento e aumento da participação das rendas do capital em relação à renda do trabalho. Reflete mudanças não apenas nas relações de força política entre capital e trabalho, mas também entre o capital e o Estado. Essas transformações têm implicações diretas e indiretas nas demandas e respostas da política social. As políticas sociais e o sistema de bem-estar social vêm sendo desmanteladas, em vários países, através das políticas de austeridade fiscal. Após a Segunda Guerra Mundial, o modelo de bem-estar social foi implementado em vários países, principalmente europeus, visando estimular o crescimento e desenvolvimento econômico, além de formular políticas sociais que garantissem maior justiça social e melhor distribuição de renda.

O Estado, principal responsável pela formulação dessas políticas, passa a se envolver cada vez mais na produção, distribuição e circulação de bens e serviços sociais através da criação de serviços nacionais de saúde e/ou de sistemas públicos de ensino. A política social, portanto, está associada à política econômica de modo a garantir um crescimento econômico sustentável com aumento do consumo das famílias e uma maior provisão de bens e serviços sociais pelo Estado. As políticas de intervenção estatal, com base no pensamento keynesiano¹, começam a ser questionadas com a crise econômica dos anos 70, ganhando força, nos anos 90, as políticas de cunho liberal que defendiam reformas estruturais de estabilização macroeconômica: disciplina fiscal, liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais. Como palavra de ordem, a "redução dos gastos públicos"! Em outras palavras, as políticas neoliberais e a financeirização pressionam a redução dos gastos sociais e a expansão do sistema de mercado liberal em detrimento do sistema público universal de políticas sociais. No Brasil, a partir do governo FHC [1995], priorizou-se a adoção de políticas focalizadas e de caráter liberal, que contribuíram para a redução da pobreza e levemente para a redução da desigualdade, mas que tiveram um alcance limitado.

Políticas sociais universais, como os programas Bolsa Família e PROUNI [Programa Universidade para Todos], tiveram continuidade nos governos Lula [2003-11] e Dilma [2011-16]. Ocorre uma remercantilização de bens e serviços públicos que antes haviam sido desmercantilizados. Consequentemente, há uma diminuição na provisão pública e um aumento de programas de transferência monetária para as famílias. O consumo das famílias aumenta sua participação no PIB e com isso, cresce o endividamento das famílias². O Sistema Único de Saúde - SUS, garantido pela Constituição Federal de 1988, expoente de política social universal, vem sendo desmantelado pela financeirização e tendência de aumento dos gastos privados com saúde. O percentual das despesas das famílias com saúde no Brasil atual, em proporção do PIB, é superior aos gastos do governo (IBGE, 2017). Há tendência de fortalecimento do mercado privado de saúde com expansão das fusões e aquisições de hospitais, laboratórios e planos de saúde através do aumento da participação das empresas estrangeiras no Brasil (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE). Por outro lado, a aprovação do Novo Regime Fiscal³, em 2016, cria empecilhos para o aumento do financiamento público dos bens e serviços de saúde, provocando o sucateamento do SUS. Não bastasse, o governo propicia generosas isenções fiscais às empresas, além de estimular o aumento do setor privado através da criação de um plano de saúde "popular" ampliando o acesso da população aos planos de saúde em detrimento do SUS. O período atual mostra a forte subordinação da política econômica e social aos ditames da promoção dos mercados em geral e especialmente das finanças.

Citações

1 - As políticas keynesianas têm como objetivo estimular a demanda, através da ação do Estado na economia com o objetivo de atingir o pleno emprego.

2 - LAVINAS, Lena. *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox* (Palgrave Macmillan US, 2017).

3 - As despesas mínimas com saúde e educação passam a ser corrigidas a partir da variação da inflação (IPCA/IBGE) do ano anterior.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.